

*Luana Tiek Omena Tamano<sup>198</sup>*

Resumo: Arthur Ramos (1903-1949) foi um médico alagoano que atuou e se destacou em outras áreas do conhecimento para além do de sua formação acadêmica, como era comum em sua época. Assim, trabalhou com criminologia, folclore, psicologia, higiene mental e antropologia. Cientista de envergadura internacional, Ramos atuou energicamente contra o preconceito de cor que ganhava força com a Segunda Guerra Mundial. Por meio de manifestos, palestras, livros e outros, enfatizava sempre o erro em usar as teorias científicas do século XIX como embasamentos teóricos às diferenças entre povos, tidas ainda como diferenças raciais, bem como defendia a ideia de que tais diferenças ocorriam por motivos históricos e nunca raciais. Focando seus trabalhos desenvolvidos sob esta temática, busca-se analisar seu papel (político, social e científico) como defensor da igualdade entre as raças, do ponto de vista biológico e, por conseguinte, social.

Palavras-chaves: Raça, Racismo, Preconceito de cor, Teorias raciais.

Abstract: Arthur Ramos (1903-1949) was a doctor who born in the Brazilian state of Alagoas. He acted and stood out in other areas of knowledge beyond his academic training, which it was common in his time. Thus, he worked with criminology, folklore, psychology, mental hygiene and anthropology. Scientist of international stature, Ramos acted strongly against the color prejudice which gained strength with the Second World War. Through manifestos, speeches, books and others, he always emphasized the error of using the theories of the nineteenth century scientism as a grounding theoretical for differences between people, even taken as racial differences, and he defended the idea that such differences occurred for historical reasons, and never racial. Focusing on his work developed under this subjects, we seek to analyze his role (political, social and scientific) as defender of equality between the races from the biological point of view, and therefore social.

Keywords: Race, Prejudice color, racial theories.

Conforme própria declaração, Arthur Ramos afirmava que foi por meio de sua profissão como médico legista e clínico que se pôs em contato com a comunidade negra e mestiça da Bahia (RAMOS, 2001, p. 31). Contato esse já iniciado em Alagoas, em sua cidade natal - Pilar, estabelecido com "velhos negros da Costa", trabalhadores de engenho e velhas mucamas de casa (RAMOS, 1935a). A

---

<sup>198</sup> Historiadora formada pela Universidade Federal de Alagoas, Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Doutoranda pela Universidade de São Paulo onde desenvolve pesquisa sobre o pensamento de Arthur Ramos nas esferas do conhecimento folclórico, psicanalítico e antropológico.

ida para o Rio de Janeiro, em 1933, para assumir o cargo de Chefe do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, permitiu que continuasse seus trabalhos junto à população negra, agora subindo os morros cariocas.

A influência da psicanálise e da psicologia social foi marcante em sua construção intelectual, cujas análises acerca da cultura de matriz africana foram realizadas à sua luz, bem como com arcabouço teórico da antropologia cultural. Os estudos com a psicanálise começaram ainda na Faculdade de Medicina, na qual defendeu sua tese *Primitivo e loucura* (1926). Trabalho este laureado por Freud e Lévy-Bruhl, teóricos cujos trabalhos o inspirou. Já os estudos alicerçados sobre a antropologia cultural vieram a se firmar na década de 1930, quando entrou em contatos com os trabalhos desenvolvidos pelos representantes do círculo de Franz Boas nos Estados Unidos, a exemplo de Melville Herskovits, com quem manteve relações de trabalho estreitas. Porém, seus interesses pelos estudos antropológicos já tivera início no final da década de 1920, mais precisamente no período em que trabalhou no Instituto Médico Legal e no Hospital São João de Deus, ambos na Bahia, quando conheceu os trabalhos desenvolvidos por Nina Rodrigues, sua influência decisiva (RAMOS, 1935a).

Seu primeiro livro sobre o negro foi publicado em 1934: *O negro brasileiro*. Com esta publicação passou a ter maior visibilidade fora do país, pois tal obra despertou a atenção de muitos pesquisadores estrangeiros interessados pelo estudo da questão racial nas Américas. Segundo Campos (2002, p. 16), o livro articula os seus conhecimentos em psicanálise com os conhecimentos sobre a etnografia dos negros no Brasil. Esta obra foi revisada por seu autor em 1940, época em que consolidava seus conhecimentos e o uso da antropologia cultural. Além disso, na época em que a segunda edição deste livro foi revista e publicada, Ramos já estava de volta ao Brasil, tendo comprovado, *in loco*, como a antropologia enquanto ciência estava estabelecida nos Estados Unidos e o desenvolvimento das pesquisas embasadas pelos estudos boasianos.

A primeira edição de 1934 foi bastante criticada pelo embasamento psicanalítico usado por Ramos para analisar a religião de origem africana. Fazendo largo uso da teoria de Lévy-Bruhl referente à mentalidade pré-lógica, Ramos caracterizava a cultura negra como atrasada e que sua religiosidade respondia por esse atraso, sendo a “[...] a consequência do pensamento mágico e pré-lógico” (RAMOS, 2001, p. 31). E por que pré-lógica? Porque o lado emocional impregnava suas concepções de mundo e de tudo que lhes cercava. Esta mentalidade se baseava em representações míticas, que, por sua vez, confundiam o subjetivo com o objetivo. Portanto, a religião de origem africana era definida por Ramos como primitiva, e a macumba<sup>199</sup> seria sua expressão no Brasil. Uma religião baseada em rituais

---

<sup>199</sup> Disse ele ser a macumba (candomblé, Xangô, Catimbo) dos Negros brasileiros religião e ritual mágico. Sobrevivência de cultos africanos. Mais do que isso, enfatiza, é a expressão da religiosidade primitiva dos Negros do Brasil, herdeiros de seus antepassados do continente negro (RAMOS, 1942, p. 145-146).

mágicos. Em suas orações e preces rituais, afirmou ser possível encontrar os processos da mentalidade primitiva nas fórmulas de iniciação mágica, já descrita por Lévy-Bruhl, tais como: a crença no poder mágico dos nomes, das fórmulas, dos números, a crença nos espíritos, a interpretação mística dos acidentes e das doenças (RAMOS, 1942a, p. 271).

A revisão do livro citado foi realizada considerando as críticas ao uso da psicanálise, porém, seu autor enfatizava a validade desta ciência para analisar a religião de matriz africana. A versão de *O negro brasileiro* utilizada neste artigo é a de 2001, reeditado pela editora Graphia. Esta edição permaneceu tal qual a de 1940, que, com relação à primeira edição (1934), apresentou algumas modificações de palavras, tempo verbal e nas notas de rodapé. Como exemplos, é possível destacar, conforme Gutman (2007), a palavra raça que é substituída por povo; antropo-geográfica por étnica; religiões negro-fetichista por religião negra. Além disso, a obra de 1940/2001 não traz mais a palavra psicanálise em seu subtítulo. Nestas edições há um prefácio, no qual indica que alguns capítulos estão quase completamente remodelados, com acréscimos na primeira parte (Religiões e cultos negros no Brasil); mas com a segunda parte (A exegese psicanalítica) intacta. Anuncia ainda que sua resposta às críticas recebidas será dada no apêndice. Neste último, enfatiza a possibilidade fecunda de combinar a psicanálise com a antropologia, afirmando ainda que se deve “evitar toda a ortodoxia de escola” (RAMOS, 2001, p. 327). Portanto, ainda que revisando sua obra, à luz da antropologia boasiana, Ramos manteve Lévy-Bruhl e toda a sua perspectiva do pensamento pré-lógico.

### *Século XIX: apogeu do racismo "científico"*

As teorias raciais foram criadas na Europa no decorrer do século XIX e adotadas por vários países como conhecimento científico aplicável<sup>200</sup>. Este século foi o período auge do chamado ‘racismo científico’. Segundo Leite (2002, p. 38/39), duas razões corroboraram para isso: primeiro era uma forma de justificar a supremacia branca em relação aos não brancos e a segunda razão era sua justificativa pela teoria evolucionista de Darwin. É de se pensar que uma sociedade cujos ideais eram democráticos e liberais, como era a europeia, não poderia tolerar uma relação de subjugação alicerçada em uma ideologia como o racismo. Porém, para estas sociedades a hierarquia racial era um dado natural e isso justificava uma pirâmide em que os mais aptos estariam no comando, enquanto os mais fracos estariam na base a servi-los.

O uso do conceito de raça foi amplamente usado neste século e no seguinte por estudiosos,

---

<sup>200</sup> Sobre as doutrinas raciais do século XIX, ver Schwarcz (2008).

via de regra, para sustentar suas teses que buscavam uma hierarquização humana, o que também justificava relações de poder e naturalizava as diferenças.

Na tentativa de entender os motivos que levavam uma civilização à ruína, muitos pensadores procuraram explicações as mais diversas possíveis que iam das diferenças climáticas, das posições dos ventos alísios, das singularidades geográficas até as diferenças raciais, ponto alto da teoria gobiniana.

A lógica pensada e defendida pelo francês Joseph-Arthur de Gobineau era a de que raça tinha ligações diretas com o progresso e/ou a decadência dos povos. Mais do que isso, defendia que os arianos estavam no topo da pirâmide social por serem os únicos detentores de inteligência e aptidão construtiva, capazes de erguer uma civilização, ao passo que os não brancos estavam na base desta mesma pirâmide por não conseguirem alcançar um desenvolvimento por incapacidade biológica. Segundo o conde francês, a mestiçagem era um ato necessário desde que seletiva e em dosagens certas, quando desnorreada e frequente, resultava em um mal a ser combatido.

A relação entre capacidade mental e raça esteve em conexão direta com as medidas corporais que exprimiam números, provas, comprovações, verdades. A antropologia física esteve intimamente ligada às medições corporais – a antropometria. Assim, surgiram várias teorias e escolas que partiam desse ponto, a exemplo da craniometria, frenologia e da criminalidade nata criada pelo médico italiano Cesare Lombroso<sup>201</sup>.

Buscando provar a incapacidade biológica de negros, indígenas e mestiços e, em igual proporção, valorizar a raça branca como a única capaz de ações construtivas, estas teorias ganharam terreno amplo e irrestrito no âmbito social.

A degeneração era o temor da Europa moderna, fosse pela contaminação do sangue, fosse pela contaminação cultural. Ela nada mais era do que “um desvio mórbido de um modelo inicial” como apontou Herman (1999, p. 120). Era uma preocupação mundial. E para tanto, era preciso proteger a sociedade de tais males, em grande medida, advindos da mistura racial. Tema este que no Brasil foi central. As discussões da viabilidade do mestiço ou não, e, conseqüentemente do desenvolvimento do país ou não, estavam no cerne da discussão intelectual e política da nação que se inquietava diante dos preceitos tão negativos quanto à miscigenação quando já éramos um país altamente miscigenado.

A preocupação era com o futuro do país, na verdade com a possibilidade de haver futuro para uma nação altamente miscigenada. Era preciso negociar com postulados tidos como científicos que condenavam o povo e a pátria brasileira, encontrando soluções que os pudessem redimir. Se para alguns, a exemplo do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, a mestiçagem era o mal, que

---

<sup>201</sup> Sobre tais teorias e escolas, ver Gould (1999).

caso continuasse levaria o país ao colapso; para outros, como o também médico João Batista de Lacerda, desde que realizada com pessoas de tez branca ou mais clara possível, tornaria o Brasil branco. E neste caso em específico, em apenas 100 anos!<sup>202</sup> Enfim, a discussão a respeito do que fazer com o mestiço brasileiro e como frear ou nortear a mistura racial no Brasil foi tema corrente tanto para os chamados homens de ciência quanto para os homens políticos que, por sua vez, tinham a tarefa de fazer do país uma nação civilizada, fazê-lo progredir enquanto civilização nos moldes europeus. Destarte, o país oscilava entre o exemplo da inviabilidade total e da salvação por meio do branqueamento da população.

Percebe-se que as teorias de cunho racial tiveram uma grande ressonância no Brasil, influenciando os pensadores locais principalmente até os anos 1930. É bom salientar que estes homens de ciência fizeram um verdadeiro trabalho de garimpo com tais teorias. Diferente do que comumente se pensa, o que houve entre nós foi uma seleção, uma tradução, observando o que a nós interessava e não uma mera cópia. Para além disso, como afirmou Schwarcz, toda cópia é original<sup>203</sup>.

#### *Ramos e o combate ao preconceito de cor*<sup>204</sup>

A década de 1930 foi marcada pela reformulação da interpretação da história nacional, antes

---

<sup>202</sup> Segundo Souza; Santos (2012, p. 746), conjuntamente com mais de 50 nações da Europa, América do Sul e do Norte, África e Ásia; e dentre os países latino-americanos e suas delegações (México, Cuba, Argentina, Uruguai, Chile, Peru), o Brasil se fez presente no Primeiro Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres em 1911, cujo representante nacional foi João Batista de Lacerda. No entanto, segundo Schwarcz (2001) e o próprio Lacerda (1912), o Brasil foi o único representante latino americano presente no referido congresso. Neste evento, Lacerda apresentou sua conferência na sexta sessão do congresso que totalizava oito, cujo debate centrava-se na formação da “consciência moderna em relação à questão racial” (SOUZA; SANTOS, *Ibid.*, p. 751). A apresentação de Lacerda, intitulada “Sobre os mestiços no Brasil”, tratava da mestiçagem no Brasil e do branqueamento de sua população. Nesta conferência projetou um Brasil branco em 100 anos. E para comprovar tal tese, levou consigo o quadro de Modesto Brocos – *Redenção de Cam* – que retrata a imagem de uma anciã negra, sua filha, de pele mais clara que a sua, logo, demonstrando que seu pai era “branco”, um homem de pele clara e uma criança no centro da imagem: Branca. Três gerações e um futuro branco para o Brasil. Sobre o Congresso ver Schwarcz, 2011; Lacerda, 1912 e Souza; Santos 2012. Sobre o quadro de Brocos, ver Cardoso, 2008.

<sup>203</sup> Sobre a recepção de tais teorias pelos intelectuais brasileiros, ver Ortiz (2006) e Munanga (2006).

<sup>204</sup> Em seus escritos, Ramos falava em preconceitos de cor ou raça, e assim mesmo, de forma localizada, sem mencionar, no entanto, pontos de discriminações de cunho racial. Isso pode ser compreendido mais como um pensamento de época, que ao negar a existência de diferenciações mentais por intermédio do conceito de raças, fazia inexistir focos de discriminações, do que por uma opção vocabulária. Como afirmou Antônio Sérgio Guimarães, a ideia de raça, desde os tempos de Gilberto Freyre, portanto desde a geração de 1930, esteve atrelada a uma importação conceitual inoperante na realidade brasileira. E essa atitude, reforça o autor, significava a negação do racismo e da discriminação racial, pois, “na linguagem cotidiana, essa negação transparece na preferência por referir-se à discriminação como ‘preconceito’ [...] Ou seja, [...], no Brasil, o ideário anti-racialista de negação da existência de ‘raças’ fundiu-se logo à política de negação do racismo, como fenômeno social. Entre nós existiria apenas ‘preconceitos’, ou seja, percepções individuais, equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais” (GUIMARÃES, 1999, p. 65).

fortemente alicerçada sobre os postulados raciais e que agora começava a ser analisada pelo viés cultural e cada vez menos o racial. A mestiçagem, antes vista como um mal em potencial, cuja prática ora era condenada (RODRIGUES, 2008), ora era pontuada (GOBINEAU, 1853), ora era incentivada se devidamente direcionada (LACERDA, 1912), passou a ser revista de forma que as condenações antes proferidas em decorrência da crença da degenerescência dos mestiços foram refutadas e o Brasil passou de nação fadada ao fracasso para nação possível. O decênio citado foi o período no qual houve uma positivação não só da mestiçagem, como também dos elementos culturais negro, principalmente. Como afirmou Schwarcz (1995, p. 56-57) “a partir desse momento, o ‘mestiço vira nacional’, paralelamente a um processo crescente de desfrancização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto”.

As discussões acerca do mestiço, do negro, da mestiçagem e da raça, na eterna busca pela identidade nacional, foram cruciais nestes anos de 1930. Os novos estudos, muitos rubricados por Boas, buscava separar o par raça-cultura e provar a inexistência da tese da degeneração advinda da prática da mestiçagem, bem como da divisão das raças em superiores e inferiores. Ramos já rejeitava a hierarquia racial, na qual os não-brancos estavam na base, por incapacidade biológica, uma vez que inferiores aos brancos. No entanto, seu discurso a respeito da cultura ainda se pautava nesta polaridade de superioridade e inferioridade. Por este motivo, alguns estudiosos do assunto o criticaram, já que consideraram que ele manteve a essência racial, sua lógica, ainda que refutando tal polaridade no âmbito racial (Campos, 2002; Corrêa, 2001; Hofbauer, 2006; Maio, 1997).

O estudioso alagoano dizia que os processos aculturativos<sup>205</sup> e melhores condições de vida podiam transformar a cultura dita atrasada. Condições sociais e culturais deficientes é que condicionavam possíveis inferioridade, nunca a raça. A cultura não é mais biologicamente determinada. Quando ele defendia o uso da psicanálise para realizar tais análises, afirmando que esta ciência “continua legítima mesmo dentro da relatividade da evolução”<sup>206</sup> (RAMOS, 2001, P. 326), buscava deixar claro que os conceitos de primitivo, de arcaico, que utilizava na classificação das culturas, eram “[...] puramente psicológicos e nada (tinham) que ver com a questão da inferioridade racial” (Ibid., p. 32). Em *A aculturação negra no Brasil*, enfatizou as palavras acima ao dizer que “a aplicação de psicologia social de Lévy-Bruhl a esses fenômenos não implica a aceitação da tese de uma mentalidade primitiva como característica racial” (1942a, p, 271).

---

<sup>205</sup> Segundo Ramos (1942), aculturação “compreende aqueles fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos de diferentes culturas chegam a um contato, contínuo e de primeira mão, com mudanças consequentes nos padrões originários de cultura de um ou de ambos os grupos”.

<sup>206</sup> Esta afirmação está no posfácio de *O negro brasileiro* de 1940/2001, a que nos referimos mais acima. Ou seja, trata-se de sua réplica às críticas sofridas após a publicação do mesmo livro em 1934.

Se os estudos sobre mestiçagem, raça e identidade nacional, estavam em curso no país de forma mais intensa nos anos de 1930, o negro não poderia ficar de fora. Assim, sua cultura material e imaterial passou a ser pesquisada e escrita. E foi sob a atmosfera do olhar para dentro que se configuraram seus estudos iniciais que mais tarde foram advertidos por Sergio Buarque de Holanda como um estudo voltado ao lado "[...] pitoresco, anedótico, folclórico, em outras palavras o aspecto *exótico* do africanismo" (HOLANDA, 1978, p. 13).

Neste cenário uma quantidade significativa de livros, artigos de jornais e revistas, bem como eventos surgiu no país, com publicações variadas sobre os negros: sua religião, música, literatura, cultura. Os dois Congressos Afro-Brasileiros estão inseridos nesta conjuntura. O primeiro data de 1934 e foi realizado em Recife sob a organização de Gilberto Freyre; já o segundo foi realizado em Salvador no ano de 1937, sob a coordenação de Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz. Estes dois eventos marcaram tanto a ênfase sobre os estudos do negro, ou, como era concebido na época, do problema do negro, quanto à disputa pela hegemonia em tais estudos, levada a cabo pelos grupos de Recife e Bahia.

Capitaneados por Arthur Ramos, o grupo baiano ou Escola Nina Rodrigues, formado ainda por Afrânio Peixoto, Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz, se diziam discípulos do médico/antropólogo maranhense que nomeava a Escola, continuadores de suas pesquisas acerca do negro no Brasil e responsáveis pela retomada do assunto e dos trabalhos do referido médico. A ideia da existência dessa Escola foi e tem sido questionada por historiadores e antropólogos, a exemplo de Mariza Corrêa e seu já célebre livro *As ilusões da liberdade* (2001). O nome e figura de Nina foram motivos de disputas entre os dois grupos supracitados, uma vez que foi um dos pioneiros na pesquisa (inclusive de campo) sobre tal assunto. A Escola surgia como um nome forte, que mantinha ligação, mais do que isso, filiação, com os estudos de Nina, demonstrando uma tradição nesses estudos. Portanto, a disputa era, sobretudo, para delimitar fronteiras, estabelecer filiações de pesquisa/estudo/sistematização sobre o negro no Brasil, bem como fundamentar quem eram as referências, autoridades no assunto no país.

Essa querela pode ser constatada, por exemplo, no prefácio de *Novos estudos afro-brasileiros* (referente ao I Congresso Afro-Brasileiro de 1935), publicado pela Biblioteca de Divulgação Científica (da qual Ramos era diretor) em 1937. Ramos declara que essa publicação, "realiza um elo de aproximação cordial entre a escola de Nina Rodrigues e o grupo que, no Recife sob alta inspiração de Gilberto Freyre, tomou esta iniciativa magnífica que foi o 1º Congresso afro-brasileiro". Além disso, contestando a afirmação de Roquette-Pinto, quando este prefaciou *Estudos Afro-Brasileiros* (obra que também tratava do I Congresso) em 1935 e logrou a Freyre a primazia da retomada dos estudos sobre o negro, Ramos foi enérgico ao afirmar que tal feito foi empreendido pelos seguidores de Nina, a

“sombra de sua escola imensa” (RAMOS, 1937, p. 12) desde 1926. Disse ainda que

Quando a atenção dos estudiosos brasileiros ainda não se achava, como hoje, voltada para assuntos de etnografia e sociologia negro-brasileiras, eu levantava, na Bahia, o brado de alarme contra a *conspiração de silêncio*, que devia cessar. Afrânio Peixoto encabeçava a reedição de obras raras ou esgotadas de Nina Rodrigues. Monografias várias apareceram, contendo observações e estudos, que retomaram o fio interrompido com a morte do Mestre baiano... (Ibid., p. 13. Sublinho meu).

Tanto o I quanto o II Congresso contou com a participação de respeitados nomes nacionais e internacionais, tenha sido por meio de apoio prestado, publicações, envio de trabalhos ou presença física no evento. Assim, nomes como Roger Bastide, Melville Herskovits (que mandou trabalhos para ambos os eventos), Donald Pierson, entre outros, se fizeram presentes nas reuniões. A presença de membros das religiões de matriz africana foi marcante nos dois eventos. No Congresso de Recife, Freyre enfatizava o não exclusivismo acadêmico, buscando a participação de populares. Porém, o sociólogo pernambucano, conforme Silva (2010), só veio a destacar tais participações quando soube da realização do Congresso de Salvador, buscando demonstrar que o Congresso de Recife valorizou tais presenças. Já o evento de Salvador procurou ser rigorosamente científico. Outro fato que exemplifica bem as tensões entre baianos e pernambucanos, brigando pela hegemonia no assunto, foi a realização do II Congresso apenas três anos depois do I.

Vê-se que as contendas entre os grupos marcavam a disputa pela herança de Nina Rodrigues, pela hegemonia no assunto e pela notabilidade de seus trabalhos, de forma individual ou como grupo, nas figuras de Arthur Ramos e Gilberto Freyre. O que não se pode perder de vista é a importância que tais congressos tiveram como meio divulgador de trabalhos a respeito do negro.

No tocante aos trabalhos de Ramos versando sobre a temática negra, *O negro brasileiro* de 1934 foi sua primeira obra sobre o assunto, como já mencionado. Ainda no decênio de 1930, publicou *O Folk-lore Negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise* (1935), *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937) e *The negro in Brazil* (1939). Na década seguinte, vieram a público a 2ª edição de *O negro brasileiro* (1940) e *A aculturação negra no Brasil* (1942); e obras cujo foco foi as relações raciais no Brasil e no mundo (*Guerra e relações de raça* - 1943), o racismo no mundo pós-guerra (*As Ciências Sociais e os problemas de após-guerra* - 1944) e a mestiçagem, a exemplo de *A mestiçagem no Brasil* postumamente publicada (1952). Todos estes trabalhos foram escritos pelo autor com o arcabouço teórico da psicologia social, psicanálise e antropologia cultural. Os alocados na década de 1930 tiveram as duas primeiras ciências como aporte teórico central; já os dos anos 1940, mesclou com a antropologia. O contato de Ramos com a psicanálise vinha desde os tempos de estudante na Bahia,



conforme já aludido; já com a antropologia veio a surgir, decisivamente, com sua ida ao Rio de Janeiro em 1933 e mais enfaticamente quando assumiu a cadeira de Antropologia e Etnologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da extinta Universidade do Distrito Federal (UDN).

A viagem aos Estados Unidos em 1941 foi crucial para Ramos no tocante aos estudos antropológicos que lá já estavam em desenvolvimento, enquanto os nossos eram incipientes. Além disso, com a estadia no país de Herskovits, o antropólogo alagoano presenciou as relações raciais no país, com seus conflitos e leis segregacionistas, não ficando imune a tal percepção. Esta viagem foi crucial para a ênfase dada por ele de serem as relações raciais no Brasil harmônicas. Antes da viagem já falava que no Brasil não existiam preconceitos, quando muito restritos ao Sul do país; e em relação às discriminações raciais, dizia que quando existentes, estariam mais ligadas a questões de classe do que de raça (RAMOS, 1948). Entretanto, o contato próximo com os negros nos EUA e suas relações com os brancos, muito discutido pelo autor em *Guerra e relações de raça* de 1943, o fez defender ainda mais a existência de uma democracia racial no Brasil. A partir de então, quando tratava dessa ideia entre nós, buscava embasar suas afirmações no exemplo norte-americano. E foi sob tais concepções que disse que entre negros e brancos no Brasil, “Não há hostilidade. Não há atitudes extremadas. Não há separação social. Não há linha de cor como na América do Norte” (RAMOS, 1943, p. 143).

Ainda nos EUA dizia ser parado nos corredores das universidades em que proferia palestras e/ou cursos, por negros sequiosos em saber se no Brasil não havia a *color line*, se negros e brancos conviviam sem conflitos (Ibid.). Tal ideia do Brasil era antiga, como demonstra Andrews (1997, p. 106), ao relatar que em 1916 no *Baltimore Afro-American*, se afirmava que o Brasil oferecia “um conhecimento de primeira mão para solucionar a questão racial”, recomendando “com veemência aos seus leitores que pensassem em emigrar para lá”. Em suas conferências, Ramos relatava sobre a coexistência pacífica entre negros e brancos no Brasil, a ponto de suas palavras serem consideradas como uma “mensagem de esperança”, como definiu o historiador negro Carter Woodson (1875-1950). Sem sombra de dúvidas Ramos foi um dos maiores propagandistas da existência da democracia racial no Brasil.

Segundo ele, “não temos no Brasil, nem minorias de raça nem quaisquer outras espécies de minorias [...]” (RAMOS, 1943, p. 142), e isso devido à colonização portuguesa, que foi “a mais justa, a mais liberal, a mais científica”, como afirmava (RAMOS, 1942a, p. 323). Essa visão das relações raciais no Brasil permitiu que Ramos considerasse a não existência de minorias, preconceitos de raça/cor ou discriminações entre os brasileiros. E na mesma direção afirmava que a igualdade no tratamento racial proporcionava aos negros ascenderem socialmente, vindo a desempenhar as mesmas funções e

cargos dos brancos (RAMOS, 1942a, p. 63). As agremiações negras existentes no país, segundo ele, tinham o objetivo de afirmar suas origens raciais e reivindicar seus direitos iguais de ordem econômica, política e cultural (Ibid., p. 142). É perceptível a oscilação de seu pensamento sobre nossas relações raciais, pois ao mesmo tempo em que afirmava igualdade de tratamento e de oportunidade social, com possibilidade de ascensão, ele justificava a existência das associações/movimentos negros pela busca de direitos iguais. Essa justificativa visava eliminar a existência de relações conflituosas, uma vez que o país não tinha leis segregacionistas, e, desta forma, propalar a ideia de uma democracia racial que ecoou mundo afora. Com essa ideia, o Brasil surgia como uma nação modelo no trato racial<sup>207</sup>. Assim, se haviam conflitos no país, estes visavam causas sociais, e não eram, sobremaneira, por problemas de tratamento/relacionamento. Tanto que afirmava que estas associações não tinham ideias separatistas e isso porque não havia motivos para isso, ou seja, a democracia racial existia entre nós e era operacionalizada pelos brasileiros. Buscando defender uma ideia, ele se contradiz em afirmações anteriormente feitas. Ao mesmo tempo em que prega a democracia racial, pontua ações isoladas de preconceitos; afirma que os negros se uniram em torno de associações pela busca de seus direitos, quando igualmente afirma gozarem dos mesmos direitos que os brancos; assevera que as possibilidades de ascensão social são para todos, mas realça que as oportunidades dadas aos negros no Brasil foram diferenciadas daquelas dadas aos imigrantes pós-abolição (RAMOS, 2004).

Quando ele defendeu e divulgou a democracia racial foi sob dois princípios: a não existência da *color line* e a tradição portuguesa que permitiu os contatos físicos e culturais (RAMOS, 1943). Se o Brasil era uma democracia racial, sem ações preconceituosas e/ou discriminatórias, era lógico supor a não existência de racismo entre os brasileiros. E é nessa linha de raciocínio que Ramos trilha seu repúdio ao racismo no mundo, chegando a se solidarizar com as nações vítimas dos preceitos nazistas. Mais do que isso, seu país surgia como exemplo a ser seguido e por ser uma democracia racial podia repreender práticas racistas, como o próprio fez ao assinar manifestos contrários a essas que, inclusive, foram destacados por ele como os primeiros dentre os outros manifestos contra o racismo, divulgados pelas várias associações científicas internacionais (Ibid., p. 35).

Em 1935 assinou, conjuntamente com outros intelectuais, o *Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial* e, em 1937, o *Manifesto aos republicanos espanhóis*. Anos mais

---

<sup>207</sup> Tanto foi que um dos motivos, dentre outros, para a vinda do chamado Projeto Unesco ao Brasil na década de 1950 foi justamente a visão do Brasil como uma democracia racial. Um país cuja formação se devia a diferentes raças (conceito, cuja própria pesquisa da Unesco buscava demonstrar como historicamente construído) que coabitavam sem maiores problemas, sem leis de segregação e sem ódios raciais. A Unesco não acreditava cegamente na existência da democracia racial no Brasil, mas escolheu o país como sede para as pesquisas que aconteceram nos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. A atuação de Ramos para a vinda do projeto para o Brasil foi grande. Na época, 1949, era o chefe do Departamento de Ciências Sociais do órgão supranacional. Sobre o Projeto Unesco no Brasil e toda a sua conjuntura, ver Maio, 1997.

tarde, em 1942, assinou junto à Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE)<sup>208</sup>, o *Manifesto da Sociedade brasileira de antropologia e etnologia* e, em 1943, a *Mensagem da SBAE aos antropólogos da Grã-Bretanha*<sup>209</sup>. Além dos manifestos citados, também publicou artigos em jornais (*Protesto científico e humano contra as brutalidades do racismo*) e escreveu livros com o mesmo propósito (*Guerra e Relações de raça* e *As Ciências Sociais e os problemas de após-guerra*).

Os pontos em comum entre todos os manifestos, bem como no artigo e livros citados acima são a refutação absoluta da hierarquia racial, baseada em raças superiores e inferiores; o uso (indevido) da antropologia para fundamentar tais teses; a apresentação do Brasil como exemplo ao mundo no trato racial e o temor de que o racismo chegasse ao Brasil.

Em vários trabalhos publicados, Ramos enfatizava a falácia das teorias raciais e seu caráter científico; e não poupou críticas àqueles que ainda as utilizavam como foi o caso de Oliveira Vianna (1883-1951). Essa refutação foi intensamente repetida em alguns dos seus trabalhos como é o caso de *A mestiçagem no Brasil* (1952). Neste caso, a ênfase dada pelo autor a este ponto se deu pelos motivos que o fizeram escrever tal livro. Esta obra foi encomendada por Josué de Castro para fazer parte da coleção Problemas de Ecologia Tropical, e o intuito era apresentar o Brasil, e sua experiência no tratamento racial, para o público europeu. O fato de a encomenda ter sido feita quatro anos após o fim da II guerra é bem significativo. A obra citada abre a coleção; e pelos propósitos a cumprir, é relevante que tenha sido justamente um livro que abordava sobre mestiçagem e convívio inter-racial em um país como o Brasil, já mundialmente conhecido como um lugar de formação heterogênea e sem conflitos raciais.

Os manifestos foram assinados por muitos intelectuais. Não se sabe se a escrita foi realizada por Ramos ou se somente os assinou. O fato é que assinando, tendo sido o responsável pela escrita ou não, endossou as afirmações feitas naqueles. Assim, assumimos sua assinatura como compactuante do conteúdo dos manifestos. No de 1935, ele fala do racismo como algo estranho a nós e, por este motivo, alerta as autoridades brasileiras, sociedade civil e intelectuais, do perigo que o país corre caso estas práticas e/ou discursos racistas cheguem ao Brasil. E diante de seu avanço no mundo, os signatários desse manifesto revolvem se unir e “conclamar as forças intelectuais do Brasil para um movimento de resistência à ação corrosiva dessas correntes que tendem a dissolver a unidade da família brasileira” (RAMOS et. al., 1935b). O combate, conforme assumem “visa [...] combater as

---

<sup>208</sup> Esta Sociedade foi idealizada por Ramos e posta em funcionamento em junho de 1941. Foi a primeira organização de antropólogos no Brasil, ainda que contasse com membros das mais variadas formações acadêmicas. Até sua extinção em 1949, foi presidida por Ramos. Estava circunscrita a cadeira de Antropologia e Etnologia, ocupada pelo antropólogo alagoano na FNFi. Sobre a SBAE ver Azeredo, 1986.

<sup>209</sup> Estes manifestos podem ser encontrados no apêndice do livro *Guerra e relação de raça* (1943).

influências estranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos [...]” (Ibid.).

No manifesto dirigido aos espanhóis, chamou a responsabilidade e atenção, mais uma vez, dos intelectuais no combate ao racismo e de sua irradiação. No caso particular de Ramos, a antropologia aplicada foi diversas vezes defendida, uma vez que ele acreditava que esta deveria ser a função das ciências, ou seja, estar voltada a uma aplicabilidade social. E é nesse sentido que Egon Shaden (1913-1991) declarou que ele

exigia uma conexão orgânica entre o pensamento antropológico e os interesses vitais do povo e dos povos, atividade de espírito que se foi definindo e firmando cada vez mais no fim de sua carreira [...]

Para que a antropologia não se reduza a simples passatempo de intelectuais, ela não deve perder a sua ligação com os problemas e as necessidades dos grupos humanos [...] E dentro desse espírito reclamava a aplicação nacional dos resultados a que chegasse a investigação antropológica [...] Nos cursos teóricos ministrados na Faculdade Nacional de Filosofia, Arthur Ramos insistiu sempre no aspecto prático de sua especialidade, no intuito de formar técnicos em antropologia que pudessem ser recrutados pelas várias instituições. [...] (SHADEN, Egon. O pensamento antropológico de Arthur Ramos. *O Estado de São Paulo*, 20 nov. 1949).

Portanto, todos deveriam estar voltados para a defesa da coesão nacional, envolvidos no repúdio as ações racistas (no mundo); e no caso particular do Brasil, atentos para que os horrores vividos pelos espanhóis não fossem sofridos pelos brasileiros.

Interessante atentarmos aos anos de publicação desses manifestos. Os dois primeiros citados são da década de 1930. Esse período, como já apontado neste artigo, é aquele em que a figura do mestiço é positivada e a mestiçagem valorizada, tudo isso bem articulado para a formação de uma essência nacional. No caso específico do segundo manifesto, datado de 1937, o país vivia sob a ameaça que se concretizou em novembro deste ano com a implantação do Estado Novo sob a liderança de Vargas. O posicionamento do presidente nacional frente à ideologia fascista, com a atuação da Frente Integralista, ameaçava a propalada coesão nacional costurada por nossas relações raciais pacíficas. Isso fica reafirmado na assinatura do terceiro manifesto, aberto com a seguinte afirmação: “A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia sente-se no dever, nesta grave conjuntura da vida nacional, de reafirmar os princípios científicos em que sempre se baseou a Antropologia no Brasil, no tratamento dos problemas de raça e de cultura” (RAMOS et. al, 1942b. Grifo meu). Neste manifesto, além de repetir o uso indevido da antropologia para embasar políticas imperialistas e das provas da inexistência de raças superiores e inferiores, enfatizou, mais uma vez, o Brasil como modelo, por sua “filosofia no seu tratamento histórico das raças”.

O último manifesto que é direcionado aos ingleses, em nome da SBAE, não diferente dos anteriores. São as mesmas afirmações e refutações. Ao tratar das provas advindas das pesquisas

antropológicas empreendidas, no que diz respeito às diferenças raciais, pontuam que estas diferenciações não têm ligações com a biologia e sim com as condições sociais e culturais. Quando refutava a teoria da superioridade e inferioridade racial, Ramos paralelamente afirmava que possíveis superioridades e inferioridades de determinados povos ocorriam em decorrência de seu nível cultural e das condições sociais em que viviam. Afirmava que os motivos pelos quais os não brancos estariam atrasados, sendo considerados como inferiores, eram de ordem econômica, social e cultural. Ao que parece, o grande intuito era tirar o peso que a categoria de raça exercia sobre os não brancos. Não é racial, é social e cultural. E nesse sentido, caberia aos governos proporcionarem oportunidades para estes indivíduos saírem da base da pirâmide hierárquica. Tanto era esse o intuito que quando Ramos falava que os negros tinham uma cultura atrasada, buscava, sempre, afirmar que este atraso nada tinha a ver com raça. Ao usar a psicologia social de Lévy-Bruhl como explicação para o referido atraso cultural dos negros, igualmente alertava que essa aplicação “não implica(va) a aceitação da tese de uma mentalidade primitiva como característica racial” (1942a, p, 271).

No artigo publicado no O Globo em 1942c, os argumentos de Ramos são os mesmos dos manifestos. O que se nota, é o seu empenho em destacar os estudos antropológicos concernentes à raça e cultura e seu papel enquanto um intelectual que deveria servir a seu país, no caso do receio do racismo chegar aqui; e ao mundo, apresentando o Brasil como modelo a ser seguido.

Os mesmos propósitos estão inseridos em *Guerra e relações de raça* de 1943 e *As Ciências Sociais e os problemas de após-guerra* de 1944. Ambos os livros foram confeccionados durante o conflito armado e visava investigar “o problema do mundo de após-guerra” (MENDONÇA, Apud RAMOS, 1944, p. 05). Calcado na defesa da antropologia aplicada, Ramos destacou a necessidade de todos se envolverem com a guerra, discutindo-a, rejeitando seus pressupostos ideológicos. Seria preciso utilizar os resultados advindos das pesquisas antropológicas aplicando-os à ciência política (RAMOS, 1943, p. 20).

É na obra de 1943 que ele destacou a mesa redonda ocorrida em Chicago em 1941, onde vários intelectuais das mais variadas áreas do conhecimento (literatura, direito, antropologia, biologia, história, economia e sociologia) estiveram presentes para discutir sobre o mundo pós-guerra. Ramos já estava nos EUA nessa época. Nesta reunião não deixou de enfatizar o caráter liberal de nossa sociedade, que apresentava a solução mais científica e humana para os problemas de relacionamentos raciais (Ibid., p. 24). E se nos manifestos acima demonstrava o receio de que a filosofia fascista entrasse no Brasil, agora já a considera como branda, justamente “[...] pelo clima antifascista do nosso país, reconhecidamente liberal no seu tratamento das raças e de outras castas [...]” (Ibid., p. 141).

Já em *As ciências sociais e os problemas de após-guerra*, a ênfase maior foi relatar o uso

realizado pela política de preceitos antropológicos na justificação de diferenças que seriam determinadas pela biologia, naturalizando-as. Uma escrita didática, com explicações das origens das ciências sociais, traçando o percurso de cada uma delas, demonstrando seu desenvolvimento ao longo do tempo. Como o próprio título indica, caberia às ciências sociais buscar soluções aos problemas advindos com a guerra. E, mais uma vez, isso deveria ser buscado com a aplicação direta dos conhecimentos adquiridos na sociedade. Aplicabilidade, cujo anseio seria o “[...] melhoramento social de toda a humanidade, sem distinção de raça, credo ou classe social [...]” (RAMOS, 1944, p. 49). Essa aplicabilidade das ciências em geral marcou o pensamento da época, ainda que com algumas dissidências. Exemplo que pode evidenciar essa afirmação foi a reunião realizada por vários intelectuais do mundo em torno da Unesco para que pesquisas sobre raça fossem realizadas, a fim de desqualificar tanto sua validação “científica” como seu uso indiscriminado para explicar as diferenças humanas. Esses intelectuais entendiam que os conflitos raciais tinham como base falsos postulados e que era preciso estudos que derrubassem tais fundamentos e, por consequência, a violência e ódio racial. Para tanto, estar circunscrito ao órgão supranacional era tornar o discurso amplo e crível, devido ao respeito que essa instituição tinha no mundo. Afinal, a Unesco teria, como afirmou Maio (1997, p. 23), “[...] as melhores condições para criar uma ampla campanha contra o preconceito racial e as respectivas bases ideológicas desse fenômeno”.

O propósito de todos os manifestos, livros, artigos e palestras proferidas por Ramos no período que antecedeu a guerra, com toda a atmosfera de temor que pairava sobre todos, bem como em seu desenvolvimento e posterior fim, era denunciar, de forma recorrente, os usos abusivos e incorretos da antropologia por parte das políticas de algumas nações; o papel a ser exercidos pelos cientistas e a refutação das hierarquias raciais. Este pensamento e posicionamento não eram particulares, estando estendidos a intelectuais, das mais variadas formações, do país e também do mundo, uma vez que tais preocupações e posicionamentos se fizeram valer à época, posto que fazia parte de sua conjuntura.

No caso específico de Arthur Ramos, suas linhas de embate ao racismo se apresentavam como uma crítica direcionada ao mundo, porém, não ao seu país, uma vez que inexistente (ou atenuado), ou quando existente, localizado e raro entre os brasileiros. Tal perspectiva advinha de sua visão sobre a colonização portuguesa e suas relações abertas com outros povos; e sobre a democracia racial, que, no caso, estava também, vinculada aos portugueses e a ausência de linhas de cor entre nós. O racismo era percebido por ele, mais como uma ameaça que rondava o Brasil e, desta forma, colocava em risco a coesão nacional e, por este motivo, deveria ser impedido. A sua fala, como brasileiro e intelectual, soava como crédula uma vez que vivenciada e analisada à luz da ciência.

Ainda que defensor agudo da existência da democracia racial no Brasil e da presença atuante

da psicanálise e psicologia social em seus estudos sobre o negro, seus trabalhos não foram invalidados, afinal de contas, tratam de uma específica conjuntura histórica e da utensilagem mental da época, demonstrando as preocupações e produção do período. É preciso validar a importância desses estudos para o pensamento da história (científica) nacional, realizado por essa geração que, em alguns casos, foi pioneira em alguns desses estudos.

### Referência Bibliográfica

- ANDREWS, George Reid. "Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano". *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997.
- AZEREDO, Roberto. *Antropólogos e pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo: FFLCH, 1986.
- CAMPOS, Maria José. *Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira. Uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940*. São Paulo, 2002. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP).
- CARDOSO, Rafael. *A arte brasileira em 25 quadros (1790-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CORREIA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris : Éditions Pierre Belfond, 1967.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.
- GUTMAN, Guilherme. O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise. *Revista Latinoam. Psicopat. Fund.* São Paulo, v. 10, n. 04, p. 729-744, 2007.
- HERMAN, Arthur. *A ideia da decadência na história ocidental*. Tradução de Cynthia Azevedo; Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOLANDA, Sergio Buarque. Negros e brancos. In: \_\_\_\_\_. *Cobra de vidro*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 11-14.
- LACERDA, João Batista de. *O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentários*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1912.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6° ed., São Paulo: UNESP, 2002.
- MAIO, Marcus Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. 346f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IUPERJ/UFRJ).
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Tradução de Waldir Freitas Oliveira. Maceió: Edufal, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

- \_\_\_\_\_. Qual será o destino da raça negra no Brasil? *A Gazeta*, 05/10/1948. Entrevista.
- \_\_\_\_\_. *As ciências sociais e os problemas de após-guerra*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da casa do estudante do Brasil, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Guerra e relações de raça*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.
- \_\_\_\_\_. *A aculturação negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1942a.
- RAMOS, Arthur et all. *Manifesto da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*, 1942b.
- \_\_\_\_\_. Protesto científico e humano contra brutalidade do racismo. *O Globo*, 31 ago. 1942c.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Segundo tomo. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação Científica, Civilização Brasileira, 1937, p. 11-14.
- \_\_\_\_\_. Convidando uma geração a depor. *O Jornal*, 14/04/1935a. Entrevista concedida a Rosário Fusco.
- RAMOS, Arthur et all. *Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial*, 1935b.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. mestiçagem, degenerescência e crime, 1899. *Revista Hist. cienc. saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1151-1182, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciência, Saúde, Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n. 29, p. 49-59, 1995.
- SHADEN, Egon. O pensamento antropológico de Arthur Ramos. *O Estado de São Paulo*, 20 nov. 1949.
- SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Africanos e Afro-descendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Rio-Grandense de história e geografia do IHGRS (1940)*, 2010. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O congresso universal das raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi Cienc. Hum*, Belém, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012.p. 745-760.